



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A HOMOFOBIA COM CRIANÇAS FILHOS/AS DE CASAIS HOMOSSEXUAIS EM CONTEXTO ESCOLAR

Anna Luzia de Oliveira

Orientador: Ricardo de Figueiredo Lucena

Universidade Federal da Paraíba

annaluz_uzl@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo irá analisar a homofobia em um caso que envolve um aluno, filho de um casal homossexual, em uma unidade de ensino da cidade de Campina Grande - Paraíba. Para tanto, realizar-se-á, inicialmente, uma breve reflexão sobre homossexualidade; posteriormente refletir-se-á sobre a homofobia e sua presença na escola; sobre a instituição família na contemporaneidade como uma construção social e histórica e sobre a organização da família homoparental e sua interação e comunicação com a escola. Em seguida, analisar-se-ão três cenas envolvendo o referido aluno, filho de um casal homossexual, duas professoras e a recepcionista/telefonista da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade, Homoparentalidade, Homofobia, Contexto escolar.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana trata-se de uma construção social e histórica e segue padrões culturais de cada sistema de sociedade. Conforme nos afirma Ferrari (2011), a sexualidade humana são práticas e discursos em torno do desejo, afetos, sentimentos e sentidos, dos gêneros que atravessam e são atravessados pelo cultural e social, podendo dizer que não é natural.

Para uma melhor compreensão sobre a sexualidade e diversidade sexual, especificamente da homossexualidade, considera-se pertinente uma compreensão do conceito de gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Segundo Carvalho (2000) gênero é uma construção cultural e social da noção de masculinidade e feminilidade atribuída às pessoas, fundamentada nas diferenças entre os sexos biológicos. Assim, a identidade de gênero refere-se às formas de identificação e atribuição social, a partir da configuração de masculinidade ou de feminilidade, não sendo determinada, necessariamente, por ligação direta entre homem-masculinidade,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mulher-feminilidade, mas sim por comportamentos atribuídos ao masculino ou feminino, pela cultura (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

Filho (2009) define orientação sexual como a atração e o desejo sexual do indivíduo por outro de um gênero qualquer, definida a partir da identidade de gênero. Dentre as muitas formulações sobre as orientações sexuais, destaca-se ao longo da história, o predomínio da heterossexualidade, em relação à homossexualidade e à bissexualidade.

Ao longo da história, a heterossexualidade ganhou força como sendo inata e “normal”, ficando à rejeição e estigmatização as outras manifestações da sexualidade, como a homossexualidade que, por muitos anos, foi vista como não natural e “anormal”.

Considerando essa luta, Mello, Grossi e Uziel (2009) afirmam que no Brasil, em 1823, a homossexualidade deixou de ser considerado um crime. Apenas em 1985 O Conselho Federal de Medicina deixou de reconhecê-la como doença, antecipando-se da decisão da Organização Mundial de Saúde que somente em 1993 excluiu a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Porém, na prática, o preconceito prevalece, sobretudo quando vinculada aos discursos e saberes religiosos, que por permanecerem naturalizando a sexualidade e a heterossexualidade, continuam direcionando a homossexualidade para o campo do que deve ser evitado.

Porém, para que ocorra a total desestabilização de práticas preconceituosas com os sujeitos que fogem à norma heterossexual, ainda vai demandar um tempo, pois como nos assevera Elias (1994), as mudanças de estruturas psicológicas, individuais e sociais, são resultantes de um processo muito longo e contínuo.

Todo esse percurso contribuiu para a hegemonia da heterossexualidade, naturalizada como orientação sexual privilegiada, legitimada pelo princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo biológico conduzirá ao desejo pelo sujeito do sexo oposto, como a única forma normal de desejo. Assim, é com



base nesse argumento, admitido como verdade, que se fundamentam as práticas homofóbicas, presentes na sociedade atual.

Homofobia e a escola

A homofobia não é um conceito simples de ser definido. De forma sucinta tem sido definida como emoções e atitudes negativas (como intolerância, medo, desprezo, ódio, aversão e hostilidade) a pessoas homossexuais ou identificadas como tal (FERRARI, 2011; JUNQUEIRA, 2011; CARVALHO et.al., 2011). Contudo, Welzer-Lang (2001) acha mais adequado definir a homofobia como a discriminação voltada para pessoas que transgridam a norma de gênero e a norma heterossexual. Com esse conceito a homofobia aplica-se aos homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e etc.

Nesse sentido, a homofobia se fundamenta na heteronormatividade, que se trata da ideia de que a heterossexualidade é a norma e que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais (Ferrari, 2011). Esse processo de heteronormatividade se sustenta no alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade, definindo a orientação heterossexual como “normal”, correta e superior a todas as outras orientações sexuais e, por isso, obrigatória e compulsória para todos/as. Segundo Butler (2003), a heterossexualidade compulsória refere-se à pressão que a sociedade exerce sobre as pessoas para garantir que a heterossexualidade seja o destino de todos/as.

Ao longo da sua história a escola contribuiu para a reprodução de padrões sociais e valores, legitimando relações de poder e hierarquias, representando um espaço normatizador e disciplinador, com grande resistência a reconhecer a diversidade, inclusive a diversidade sexual e de gênero:

[...] a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do ‘outro’ (considerado ‘estranho’, ‘inferior’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘pervertido’, ‘criminoso’ ou ‘contagioso’) todos aqueles e aquelas que não sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela



ligados – centrados no adulto masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

A escola representa uma instituição em que a homofobia adquire visíveis expressões: “Consentida ou ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição ao ridículo” (LOURO, 2000, p. 29). Desse modo, é preciso problematizar sua existência na escola, pois não é possível reconhecer sua existência sem que haja efeitos sobre os sujeitos que dela são vítimas.

Os efeitos podem ser drásticos, por isso a extrema necessidade de pesquisas que busquem problematizar a possível existência da homofobia na escola, como exemplo a homofobia direcionada a crianças filho(s)/a(s) de casais homossexuais, realidade que tem se tornado cada vez mais presente na contemporaneidade.

A Família na Contemporaneidade

Para Elias (2012) a relação familiar é um processo construído socialmente, que está sempre em transformações. Por isso, a modernidade trouxe mudanças para a organização das relações familiares e para a constituição dos sujeitos, que cada vez mais se tornaram mais individualizados e autônomos.

Anteriormente, a família era representada pelo casamento entre homem e mulher, com o objetivo de constituir uma prole e educá-la, fundada na autoridade paterna em relação aos demais membros da família e as funções eram rigorosamente definidas: a mulher era encarregada de ser mãe e esposa, e o homem, pai provedor, tinha por direito eleger as normas e ordens a serem respeitadas, representando a figura de autoridade, assim a família era centrada no modelo exclusivamente heterossexual. (UZIEL, 2007).

Na contemporaneidade, a família se caracteriza por um poder isonômico entre os cônjuges, não sendo mais exclusividade do pai. Hoje, as relações se dão de forma horizontal, todos os membros têm os mesmos direitos em opinar nas decisões a serem tomadas, por meio de contratos, de modo que as regras são combinadas e não mais



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

impostas pela autoridade paterna, não mais definida pelo modelo heterossexual, estruturada com base nas escolhas pessoais (UZIEL, 2007).

Para Mello, Grossi e Uziel (2009), a transformação do modelo de família se deu especialmente a partir da difusão dos valores democráticos, diminuição das crenças religiosas e a consolidação da organização da vida particular a partir de escolhas pessoais diante de diversos temas, como por exemplo, a sexualidade e organização familiar.

Com essa realidade, os homossexuais lutam pelo direito à parentalidade, de tal modo, vem representando é um fenômeno cada vez mais comum no mundo e no Brasil. O termo homoparentalidade é tradução do francês homoparentalité, cunhado em 1997, pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens (APGL) em Paris. Refere-se à situação familiar na qual, no mínimo, o pai ou a mãe se assume como homossexual (ROUDINESCO, 2003).

Trata-se de uma modalidade familiar que apresenta mudanças significativas nas relações parentais e conjugais, uma vez que destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar, a saber, a diferenciação sexual - pai/homem e mãe/mulher, o que acaba por ocasionar sua condenação a priori.

Uma das indagações mais utilizadas contra as famílias homoparentais é a possibilidade de prejuízos vindos da falta de referenciais masculino/homem e feminino/mulher. Contudo, Butler (2003) nos assegura que as características socialmente definidas como masculinas e femininas não se relacionam com o sexo/corpo de homens e de mulheres. Desse modo, infere-se que modelos de masculinidade e de feminilidade sejam percebidos na dinâmica da família homoparental.

Outro questionamento manifestado em relação a essa modalidade familiar diz respeito á possibilidade de a orientação sexual dos pais/mães interferir no desenvolvimento da afetividade dos filhos/as, e assim tornarem homossexuais também. Como afirma Uziel (2007, p. 202) “[...] a homossexualidade dos pais parece ser tão forte que ameaça, inclusive, a ordenação simbólica constitutiva do sujeito”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Até hoje não há indícios de que crianças deixadas aos cuidados de casais homossexuais tenham problemas psíquicos diferentes daqueles enfrentados por meninos e meninas de famílias heterossexuais, a não ser aqueles eventualmente decorrentes do enfrentamento de preconceito em função da naturalização do conceito de família.

Dessa forma, por que teríamos que atribuir a função de pai a um homem, a função de mãe a uma mulher e a parentalidade a um casal heterossexual? São referências sustentadas em razões construídas histórica, social, cultural e psiquicamente, arraigadas na crença de que família é uma realidade social associada a uma vinculação afetivo-sexual entre um homem e uma mulher, com uma prole para educar (MELLO, 2005).

Assim, é nesse contexto de desencontro entre a família que temos e a família que a escola deseja e idealiza – a escola representada por alunos, professores e setor administrativo – que as novas configurações familiares têm sido alvo de discussão e questionamentos, sobretudo a família homoparental. Nesse sentido, questiona-se: como tem sido o acolhimento dessas famílias, em especial a(s) criança(s), no contexto escolar?

Segundo Costa, Fossatti e Neto (2010), o modelo de família referenciado pelos profissionais da educação é o da família tradicional, formado por homem e mulher casados, com envolvimento afetivo e sexual, sendo exercido exclusivamente no par conjugal e com filhos/as que coabitam. Todas as outras formas de arranjos familiares são percebidas como “desestruturadas” e “desajustadas”.

É perceptível um conjunto de dispositivos (discursos, valores e práticas) existentes nas escolas, por meio do qual a heteroparentalidade é vivenciada e instituída como única possibilidade legítima de expressão de família. É fato, prevalece na escola o princípio da heteroparentalidade presumida, que faz crer não existir famílias homoparentais no ambiente escolar. De tal modo, silencia ou invisibiliza essas famílias, dificultando seu aparecimento e legitimidade. Cruz (2008), ao estudar a concepção de professores/as de uma escola pública de Salvador, evidenciou que a manutenção do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ideal de família nuclear, heterossexual e monogâmica tende a afastar as famílias que não possuem tal padrão.

Nesse sentido, as escolas ignoram o fato de existirem constituições familiares diversas, o que acaba por tornar muitos casos “invisíveis”, o que parece representar um não reconhecimento da homoparentalidade como parentalidade legítima pela comunidade escolar, havendo, assim, a busca pela negação dessa realidade. A esse respeito, Junqueira (2009, p. 28) considera que “nunca é demais sublinhar que este estado de negação constitui, pelo menos, uma forma passiva de homofobia”.

Como forma de evitar possíveis preconceitos e discriminação, muito pais orientam os filhos a omitirem de seus colegas, funcionários, professores e gestores na escola a configuração de sua família. E a escola pouco se esforça para saber sobre a organização familiar de seus alunos, até mesmo diante de um caso visível de compartilhamento de guarda de uma criança por não-heterossexuais (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009).

Como forma de ilustrar traços de homofobia direcionada as crianças filhos/as de casais homossexuais, serão analisadas, a seguir, um estudo de caso, a partir de três cenas, ocorridas em uma escola na cidade de Campina Grande – PB, presenciadas pela psicóloga e pesquisadora (autora). João, nome fictício, na época tinha 8 anos, era criado desde recém-nascido por uma casal gay, que tinha união estável alguns anos. No registro João tinha apenas o nome de um dos homens, aquele a quem chamava de pai.

A primeira cena aconteceu durante uma reunião pedagógica, quando a professora do aluno estava relatando para a coordenadora pedagógica, sobre as dificuldades de João. Nesse momento, a psicóloga e pesquisadora, confusa de qual João se tratava, tendo em vista que existia na instituição outra criança com o mesmo nome, pergunta: “*Vocês estão falando de quem mesmo?*”. A professora, com movimentos estereotipados com a mão, logo responde: “*Aquele, aquele menino*”.

Ferrari (2011, p. 76) assegura que “trabalhar com as agressões e com a homofobia na escola significa colocar em evidência o poder das palavras”. E mais, afirma que diante de xingamento, essa utilização da linguagem está constituindo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sujeitos, definindo fronteiras e estabelecendo distâncias entre “nós” e “eles”. A professora parece caracterizar o aluno como negativo, além de demonstrar sua dificuldade para reconhecer e aceitar as diferenças, mantendo-o distante, para não ter que reconhecer e legitimar essa realidade familiar.

Contudo, no discurso da professora, o aluno não é chamado por nenhum nome, mas sim por um pronome de tratamento (aquele) e um substantivo comum (menino), o que denuncia claramente a sua resistência. Nesse sentido, é preciso entender essa relação, professor-aluno, heterossexual-homossexual, como relações atravessadas por poder e, por isso, por resistência. De acordo com Foucault (2014, p. 104): “que lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. A professora, certamente, se vê como superior e, por isso, coloca a criança na posição de distanciamento, a ela se referindo como “aquele”, que mesmo estando em proximidade (por ser seu aluno), precisaria estar distante.

A segunda cena ocorreu durante uma reunião dos pais com a psicóloga; apesar de ser a terceira reunião¹, era a primeira em que vieram os dois pais. Acredita-se ser importante descrever que, na primeira reunião só veio o pai (pai, conforme João), na qual não foi relatada a verdadeira realidade familiar da criança, mesmo diante de muitos questionamentos por parte da psicóloga, em virtude de discursos vagos e contraditórios, ocasionando incompreensões. Na segunda reunião, mais uma vez só veio o pai, mas dessa vez esclareceu que se tratava de uma família homoparental. Na terceira, a que ocasionou a ocorrência da cena em análise, compareceu o pai e seu companheiro (padrinho, conforme chamado por João).

Essa tentativa do pai em tornar invisível a sua homossexualidade e a organização familiar homoparental na qual a criança está inserida demonstra a desconfiança desse pai em relação à escola. Essa postura demonstra a dificuldade que a diversidade sexual tem encontrado dentro do ambiente escolar.

¹ Faz-se necessário ressaltar que essas reuniões são práticas trimestrais da instituição com todos os pais de alunos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim, a cena em análise refere-se a risos e sussurros ocorridos entre a recepcionista da instituição e uma professora, inclusive quando foi avisar a psicóloga sobre a chegada dos pais, em que, entre risos a recepcionista sussurra: “*eles são, né?*”

Mais uma vez estamos diante do que não pode ser dito. Estas funcionárias e a outra da cena anterior, possivelmente revelam a dificuldade de nomear e legitimar esses sujeitos, sendo inclusive os risos como atitudes de inferiorizar e menosprezar a presença de dois homens/pais para falar de um mesmo aluno.

Depois de ocorrido o último episódio supracitado, alguns comentários surgiram entre as professoras², sobre a verdade da existência de um aluno filho de um casal homossexual na escola. Durante um desses momentos de comentários, uma professora, dessa vez não a professora do aluno João, fez o seguinte comentário: “*Eu até consigo imaginar duas mulheres homossexuais criando uma criança, mas dois homens, sei lá... tadinho...*”.

Nesse sentido, a professora reproduz uma ideia de fronteira entre os gêneros, visto que assumir o papel de cuidar de uma criança deve ser realizado por uma mulher, e assim, um homem não pode se aproximar de tudo que socialmente tenha sido instituído como sendo verdade de cada gênero, o que corrobora a seguinte afirmação de Junqueira (2011, p. 103): “Na escola, (...) as fronteiras de gênero são obsessivamente demarcadas e sublinhadas”.

O discurso revela uma maior aceitação quanto à homoparentalidade exercida por lésbicas do que por gays. Uziel (2007, p. 14) afirma: “Entre os novos arranjos familiares, os compostos por pais gays são os mais controversos, embora a educação de crianças por pais homossexuais não seja novidade”. O que se justifica, segundo Souza (2005, p. 50) porque, “a maternidade lésbica não se apresenta de forma absolutamente subversiva, pois não somente sustenta o discurso do ‘instinto maternal’ e da mulher enquanto reprodutora da vida como ainda mantém parcialmente a configuração familiar dentro dos limites da consanguinidade”.

Considerações ... longe de serem finais

² Utilizou-se o termo professora porque na referida instituição só havia professoras mulheres.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Acredita-se que a homoparentalidade segue o curso da homossexualidade, de tal modo, essa modalidade de família parece ocupar uma posição de subalternidade, a partir de uma lógica de hierarquização entre a heteroparentalidade em relação aos outros arranjos familiares, o que se fundamenta nos valores hegemônicos da heteronormatividade e naturalização do conceito de família.

Nesse sentido, a escola, instituição também a serviço da produção e reprodução de valores hegemônicos, tem contribuído para o cultivo e reprodução de práticas homofóbicas, de modo bem nítido nas cenas analisadas, principalmente a partir de discursos que possibilita a invisibilidade ou negação da homossexualidade, da homoparentalidade, bem como em relação às crianças filhos/as de casais homossexuais.

Todo o cenário exposto evidenciou que a escola ainda precisa ampliar seus conhecimentos sobre a família homoparental, bem como ampliar suas reflexões sobre esta realidade. Afinal, acredita-se que o seu papel é de evitar a disseminação de discursos carregados de preconceitos e de compreender esses novos processos, e assim caminhar na direção do reconhecimento e respeito da diversidade, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e diversificada.

Para tanto, a escola precisa abrir mão da tentativa incessante de reconhecer e legitimar somente a família nuclear e imutável, para, desse modo, não disseminar práticas homofóbicas, seja por meio do silêncio (não dito, não nomeado), risos ou com reprodução de ideias preconcebidas de que possíveis dificuldades existentes no processo ensino-aprendizagem decorrem da “desestruturação” familiar, isso para dizer que esses sujeitos não possuem famílias “perfeitas”, esperadas, compostas por um casal heterossexual, preparados para educar sua prole.

Acredita-se que o presente estudo poderá servir de alerta para os educadores e demais profissionais que poderão lidar, direta ou indiretamente, com essa organização familiar, em não se posicionarem de forma precipitada e a seguirem com cautela na compreensão de questões de gênero e sexualidade, já que, quanto ao desenvolvimento psíquico das crianças e ao processo educacional, não há nada que “contraindique” a maternidade ou a paternidade em função da orientação homossexual.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Expor as cenas ocorridas em uma escola da cidade de Campina Grande – PB é uma forma de dar visibilidade às famílias homoparentais e de denunciar a necessidade de mais estudos que possam contribuir, cada vez mais, para a compreensão da dinâmica escolar no acolhimento e vivência com crianças filhos/as de casais homossexuais.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problema de gênero: feminismo subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; SILVA, F. J. C.; GOMES, M. H. S.; FIRINO, D. S. Enfrentando a homofobia na escola: reflexões a partir de desafios postos pela experiência. In: CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G.de; LUZ, N. S. da. (Orgs.). **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: UTFPR, 2011. p. 127-143.
- CARVALHO, Maria Eulina P. (Org.). **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.
- CARVALHO, Maria Eulina P.; ANDRADE; Fernando César B.; JUNQUEIRA, Rogério D. **Gênero e diversidade sexual – um glossário**. João Pessoa-PB: Editora Universitária / UFPB, 2009.
- COSTA, G. M; FOSSATTI, P; NETO, J. A. S. **Diversidades Familiares e Relação entre Família e Escola no Contexto da Educação Básica**. [S.l.: s.n.], [2010]. Disponível em : <
http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Basica/Trabalho/09_29_12_DIVERSIDADES_FAMILIARES_E_RELACAO_ENTRE_FAMILIA_E_ESCOLA_NO_CONTEXTO_DA_EDUCACAO_BASICA.PDF>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- CRUZ, A. R. S. **A relação escola e famílias: concepções elaboradas por agentes educadores no âmbito de uma escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.
- ELIAS, N. **Ensaio & Escritos 1**. NEIBURG, F. e WAIZBORT, L. (Org.). Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2006.
- ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. **Soc. estado.**, Brasília , v. 27, n. 3, Dec. 2012.
- FERRARI, A. Reflexões sobre a homofobia na escola. In: CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G.de; LUZ, N. S. da. (Orgs.). **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: UTFPR, 2011. p. 71-90.
- FILHO, A. de S. Teorias sobre a gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 95-123.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 13-51.
- JUNQUEIRA, R. D. Heteronormatividade e Homofobia no Currículo em Ação. In: CASAGRANDE, L. S.; CARVALHO, M. G.de; LUZ, N. S. da. (Orgs.). **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: UTFPR, 2011. p. 91-126.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.
- MELLO, L. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MELLO, L.; GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 159-181.
- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SOUZA, E. R. de; **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**. UFSC, v. 9, n. 2, 2001. p. 460-482.